

INSTITUTO ODEON

CNPJ nº 02.612.590/0001-39

Demonstrações Financeiras

Balancos Patrimoniais - Em 31/12/2018 e 2017 (Valores expressos em Reais)

Ativo	Nota	2018			2017		
		MAR	TMSP	Total	MAR	TMSP	Total
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa	5	8.292.705	34.851.048	43.143.753	8.640.331	18.020.595	26.660.926
Contas à receber	6	50.554	5.784.127	5.834.681	20.667	4.774.996	4.795.663
Estoques		170.731	52.779	223.510	168.607	-	168.607
Outros ativos		43.051	171.041	214.092	1.215	2.900	4.115
Despesas antecipadas		41.768	3.658	45.426	58.672	-	58.672
		8.598.809	40.862.653	49.461.462	8.889.492	22.798.491	31.687.983
Não circulante							
Imobilizado - próprio		3.467	-	3.467	-	-	-
Imobilizado - Vinculado	7	1.916.140	5.186.816	7.102.956	2.388.319	4.727.581	7.115.900
Intangível - Vinculado		-	23.790	23.790	-	-	-
		1.919.607	5.210.606	7.130.213	2.388.319	4.727.581	7.115.900
Total do ativo		11.923.420	54.528.892	66.452.312	12.682.814	37.620.068	50.302.882
Passivo e patrimônio líquido							
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2018			2017		
		MAR	TMSP	Total	MAR	TMSP	Total
Circulante							
Fornecedores e outras contas a pagar	8	2.716.452	1.108.691	3.825.143	206.326	992.123	1.198.449
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	9	851.101	8.771.504	9.622.605	1.221.949	10.599.374	11.821.323
Obrigações tributárias		61.779	277.184	338.963	71.195	234.958	306.153
Outras obrigações		240.817	145.165	385.982	-	-	-
Projetos a Executar	10	3.882.625	29.936.071	33.818.696	6.984.254	10.972.036	17.956.290
		7.752.774	40.238.615	47.991.389	8.483.724	22.798.491	31.282.215
Não circulante							
Contingências trabalhista	11	-	554.266	554.266	-	-	-
Obrigações com o Estado - Imobilizado e intangível	7	1.916.140	5.210.606	7.126.748	2.388.319	4.727.581	7.115.900
		1.916.140	5.764.872	7.681.012	2.388.319	4.727.581	7.115.900
Patrimônio líquido							
Patrimônio social acumulado	13	405.769	-	405.769	467.762	-	467.762
Superávits/(déficits) dos exercícios		443.734	69.772	513.506	(61.993)	-	(61.993)
		849.503	69.772	919.274	405.769	-	405.769
Total do passivo e patrimônio líquido		11.923.420	54.528.892	66.452.312	12.682.814	37.620.068	50.302.882

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores expressos em Reais)

	MAR		TMSP		Total	
	Superávit/ social (déficits) acumulado exercício	Superávit/ social (déficits) Total	Superávit/ social (déficits) acumulado exercício	Superávit/ social (déficits) Total	Superávit/ social (déficits) acumulado exercício	Superávit/ social (déficits) Total
Saldos em 31/12/2016	444.738	23.023	467.762	-	-	444.738
Incorporação do resultado ao patrimônio social	23.023	(23.023)	-	-	-	23.023
Prejuízo do exercício	(61.993)	(61.993)	-	-	-	(61.993)
Saldos em 31/12/2017	467.761	(61.993)	405.768	-	-	467.761
Incorporação do resultado ao patrimônio social	(61.993)	61.993	-	-	-	(61.993)
Lucro líquido do exercício	443.734	443.734	-	69.771	69.771	513.505
Saldos em 31/12/2018	405.768	443.734	849.503	-	69.771	405.768

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Em 31/12/2018 e 2017 (Valores expressos em Reais)

	2018			2017		
	MAR	TMSP	Total	MAR	TMSP	Total
Fluxo de caixa das atividades operacionais	443.734	69.771	513.505	(61.993)	-	(61.993)
Ajustes por:						
Depreciação e amortização	475.649	583.128	1.058.777	492.215	135.397	627.612
Varição nos ativos e passivos						
Aumento/(diminuição) nos ativos em:						
Contas a receber	(29.887)	(1.009.131)	(1.039.018)	(20.666)	(4.774.996)	(4.795.662)
Outros créditos	(41.835)	(168.141)	(209.976)	2.670.842	(2.674.958)	(4.116)
Estoques	(2.124)	(52.779)	(54.903)	-	-	-
Despesas antecipadas	16.904	(3.658)	13.246	(58.672)	-	(58.672)
Aumento/(diminuição) nos passivos em:						
Fornecedores e outras contas a pagar	2.510.126	116.568	2.626.694	(685.712)	992.123	306.411
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	(370.848)	(1.827.870)	(2.198.718)	(2.913.908)	13.271.432	10.357.524
Obrigações tributárias	(9.416)	42.225	32.809	(32.878)	234.957	202.079
Outras obrigações	240.817	145.165	385.982	-	-	-
Projetos a executar	(3.101.629)	18.964.035	15.862.406	(2.070.798)	10.972.036	8.901.238
Provisões de contingências	-	554.266	554.266	-	-	-
Obrigações com o Estado - Imobilizado	(472.179)	483.026	10.847	(364.715)	4.727.581	4.362.866
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	(340.688)	17.896.605	17.555.917	(3.046.285)	22.883.572	19.837.287
Fluxo de caixa de atividades de investimento						
Imobilizado sucedido	-	-	-	(4.850.714)	(4.850.714)	(4.850.714)
Baixa do imobilizado	2.920	-	2.920	-	-	-
Aquisição de imobilizado	(9.858)	(1.066.152)	(1.076.010)	(127.501)	(12.263)	(139.764)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	(6.938)	(1.066.152)	(1.073.090)	(127.501)	(4.862.977)	(4.990.478)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(347.626)	16.830.453	16.482.827	(3.173.786)	18.020.595	14.846.809
Caixa e equivalentes de caixa em 1º/01	8.640.331	18.020.595	26.660.926	11.814.117	-	11.814.117
Caixa equivalentes de caixa em 31/12	8.292.705	34.851.048	43.143.753	8.640.331	18.020.595	26.660.926
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(347.626)	16.830.453	16.482.827	(3.173.786)	18.020.595	14.846.809

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis - Em 31/12/2018 e de 2017 (Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional: O Instituto Odeon ("Instituto" ou "Entidade") é a uma Entidade de caráter cultural, sem fins lucrativos, de direito privado, qualificada como Organização Social em conformidade com a Lei nº 9.637/1998, que tem a missão de promover a cidadania e o desenvolvimento sócio educacional, por meio da realização de projetos culturais de atuação ampla, com os seguintes objetivos sociais: **a)** Promover, gerir e apoiar a conservação e revitalização do patrimônio histórico, cultural e artístico brasileiro; **b)** Realizar a gestão operacional de equipamentos culturais; **c)** Desenvolver projetos, programas e planos que possam promover a gestão e/ou a co-gestão de espaços culturais e equipamentos públicos e privados relacionados com os objetivos do Instituto, promovendo a difusão das artes em suas múltiplas manifestações; **d)** Pesquisar e estudar a arte dramática em suas múltiplas formas e manifestações, por meio de montagens teatrais adultas, infantis, infanto-juvenis, leituras dramáticas e seminários de teatro; **e)** Editar, distribuir e comercializar livros e publicações próprias ou de terceiros, de caráter artístico e cultural; **f)** Captar recursos destinados a custear as atividades e ações necessárias para o cumprimento das finalidades do Instituto; **g)** Promover projetos sociais que tenham por objetivo oferecer condições de inserção profissional de jovens carentes, visando especialmente a sua introdução no mercado de trabalho; **h)** Apoiar as atividades da "Odeon Companhia Teatral", grupo de teatro a que o Instituto se vincula desde a sua criação; e **i)** Promover atividades educativas e de formação nas suas áreas de atuação. Para cumprir seus objetivos, o Instituto poderá firmar convênios, contratos de gestão, termos de parceria, fomento e colaboração, contratos privados e estabelecer intercâmbios promovendo iniciativas conjuntas com outras instituições públicas e/ou privadas nacionais e internacionais, assim como realizar execução direta de apresentações, projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio de recursos físicos, humanos e financeiros obtidos por qualquer meio, inclusive doações, patrocínios, taxas de administração, a/captação e cessões, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins. O Instituto Odeon, atualmente faz a gestão do Museu de Arte do Rio ("MAR") e do Teatro Municipal de São Paulo ("TMSP") e suas respectivas obras de artes, que foram cedidas por contratos, mas serão devolvidas após os encerramentos dos mesmos.

2. Contrato de Gestão e Termo de Colaboração: 2.1. Contrato de Gestão - Museu de Arte do Rio (MAR): O contrato de gestão tem por objeto a operacionalização, apoio e execução pela contratada de atividades e serviços culturais, para a completa gestão do equipamento de cultura denominado Museu de Arte do Rio - MAR, localizado no endereço Praça Mauá, nº05 e 10, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.081-240, consonante ao projeto básico e programa de trabalho e organização social e cronograma de desembolso. **Contrato de gestão nº 12712/2012:** A Entidade (contratada) firmou com o município do Rio de Janeiro (contratante), por intermédio da Secretaria da Cultura, o Contrato de Gestão nº 12120/2012, pelo período aproximado de 24 meses iniciados em 27 de abril de 2012, com valor global de repasses estimado em R\$ 24 milhões (vinte e quatro milhões de reais) à época. O valor global do contrato de gestão, após o 5º aditamento, perfaz o montante de R\$ 65,7 milhões (sessenta e cinco milhões, setecentos mil reais), abaixo são demonstradas as alterações contratuais, por meio de aditivos. • 1º Termo aditivo assinado em 27 de abril de 2014 que teve como objeto principal a prorrogação de sua vigência, sendo renovado alterando o seu término para 27 de abril de 2016; • 2º Termo aditivo, assinado em janeiro de 2014, tratou de suplementação orçamentária de R\$ 4 milhões e também sobre o cronograma de desembolsos financeiros; • 3º Termo aditivo, datado de 29 de julho de 2015, reduziu a meta de visitação para 200.000 visitantes (anteriormente era de 260.000 visitantes); • 4º Termo aditivo reduziu em 5% o valor a liquidar da parcela de 31 de julho de 2015, no valor de R\$ 4,8 milhões e modificou a redação dos indicadores 5.1 e 5.2; e

Demonstrativo do Resultado do Exercício - Em 31/12/2018 e 2017 (Valores expressos em Reais)

	Nota	2018			2017		
		MAR	TMSP	Total	MAR	TMSP	Total
Recitas sem restrições							
Prestação de serviços		533.462	220.000	753.462	350.007	-	350.007
Coordenação e captação de projetos		203.750	-	203.750	209.500	-	209.500
Doações incondicionais		-	-	-	20.550	-	20.550
Outras receitas		188.681	11.486	200.167	13.514	-	13.514
Receitas financeiras		47.628	3.976	51.604	47.876	-	47.876
		973.521	235.462	1.208.983	641.447	-	641.447
(-) Tributos incidentes s/ receitas		(98.902)	(16.452)	(115.354)	(74.863)	-	(74.863)
Total das Recitas sem restrições		874.619	219.010	1.093.629	566.584	-	566.584
Recitas com restrições							
Subvenções governamentais	17	570.627	96.379.354	113.949.981	19.191.591	29.908.706	49.100.297
Patrocínios e doações leis de incentivo		-	4.896.870	4.896.870	-	-	-
Doações condicionais		94.167	375.374	469.541	548.382	-	548.382
Vendas de ingressos e loja		846.628	3.834.236	4.680.864	959.529	1.241.381	2.200.910
Locação de espaços		404.118	1.221.206	1.625.324	481.548	506.766	988.314
Outras receitas		63.762	10.937	74.699	892.174	237	892.411
Financeiras		283.012	2.026.097	2.309.109	659.904	374.718	1.034.622
Gratuidades - parcerias institucionais		25.815	2.109.456	2.135.271	-	-	-
	10	19.288.129	110.853.530	130.141.659	22.733.128	32.031.808	54.764.936
(-) Tributos incidentes s/ receitas		(86.422)	(384.964)	(471.386)	(94.686)	-	(94.686)
Total das Recitas com restrições		19.201.707	110.468.566	129.670.273	22.638.442	32.031.808	54.670.250
Total das receitas		20.076.326	110.687.576	130.763.902	23.205.026	32.031.808	55.236.834
Custos e despesas sem restrições							
Com pessoal		38.105	(135.080)	(96.975)	(14.418)	-	(14.418)
Serviços prestados terceiros		(220.218)	(9.096)	(229.314)	(223.932)	-	(223.932)
Energia elétrica e telecomunicações		-	-	-	(1.025)	-	(1.025)
Divulgação/Comunicação		(81.715)	-	(81.715)	(226.311)	-	(226.311)
Gerais e administrativas		(162.103)	(1.680)	(163.783)	(130.662)	-	(130.662)
Impostos, taxas e contribuições		(4.465)	(49)	(4.514)	(31.923)	-	(31.923)
Financeiras		(306)	(3.333)	(3.639)	(306)	-	(306)
Depreciação		(183)	-	(183)	-	-	-
Total dos custos e despesas sem restrições		(430.885)	(149.238)	(580.123)	(628.577)	-	(628.577)
Custos e despesas com restrições							
Com pessoal	14	(7.079.722)	(79.021.702)	(86.101.424)	(7.736.978)	(24.476.967)	(32.213.945)
Serviços prestados por terceiros	15	(5.960.621)	(17.183.194)	(23.143.815)	(7.842.198)	(5.784.135)	(13.626.333)
Energia elétrica, água e telecomunicação	16	(2.567.827)	(1.937.567)	(4.505.394)	(2.543.576)	(581.687)	(3.125.263)
Divulgação/comunicação		(940.475)	(1.335.465)	(2.275.940)	(762.895)	(185.330)	(948.225)
Gerais e administrativas	17	(2.082.608)	(7.456.776)	(9.539.384)	(3.029.112)	(760.409)	(3.789.521)
Impostos, taxas e contribuições		(61.023					

continuação

por meio do fomento das potencialidades culturais e das singularidades de cada realidade, por isso, acredita-se na educação como o território que promove acesso e autonomia dos sujeitos, colaborando para que possam ser atuantes na comunidade. Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, o Instituto também tem outras fontes de recursos, destacamos as principais: • **Receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades**, tais como venda de mercadorias; • **Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos**; • **Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras**; • **Rendimentos de aplicações e ativos financeiros**.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:

a. Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil): As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG "2002-R1 - Entidades sem finalidades de lucros", também pela da NBC TG "1000 - Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG "2002-R1 - Entidade sem finalidade lucros". As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria do Instituto em 29 de janeiro de 2019.

b. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Conforme definição do CPC 02, estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Gerência do Instituto o uso de estimativas e pressuposições para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados efetivos dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, recuperação nas operações de ativo, valor do acervo de obras de artes doadas, provisão para perda com estoque obsoleto ou de giro lento, análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos trabalhistas e demais ativos e passivos nas datas dos balanços. **e. Apresentação das demonstrações contábeis:** O Instituto Odeon decidiu apresentar as demonstrações contábeis segregando os recursos restritos do Museu de Arte do Rio e do Theatro Municipal de São Paulo, para um melhor entendimento da posição patrimonial financeira, do desempenho de suas respectivas operações e dos fluxos de caixa, que foram realizados sobre esses recursos.

4. Resumo das principais práticas contábeis: **a. Caixa e equivalentes de caixa (Sem restrição):** São representados por valores de liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras. **a.1. Recursos vinculados a projetos (com restrição):** Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados. **b. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Todos os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. O Instituto reconhece seu ativo imobilizado e intangível vinculados em contrapartida à obrigação não circulante para com o município, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas são as seguintes: • **Móveis e utensílios:** 10 anos; • **Máquinas e equipamentos:** 10 anos; • **Software:** 5 anos; • **Equipamentos de informática:** 5 anos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **Avaliação ao valor recuperável de ativos (impairment):** A Administração do Instituto está implementando metodologia para revisar anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para "redução ao valor recuperável", ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **c. Fornecedores:** Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal das operações do Instituto. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os fornecedores são classificados no passivo circulante. **d. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: • **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. **e. Apuração do superávit/déficit e reconhecimento das receitas e despesas de recursos vinculados:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Recursos vinculados compreendem aos valores recebidos pelo Instituto e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado em seus respectivos contratos. Tais recursos possuem como contrapartida a conta de projetos a executar. Os valores recebidos e empregados do contrato de gestão, termo de colaboração e projetos originados de leis de incentivos fiscais, são registrados da seguinte forma: • **Recebimento dos recursos:** quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito de projetos a executar no passivo circulante, conforme observado na NBC TG 07 R1; • **Consumo como despesa:** quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida no passivo circulante, e o reconhecimento da receita é registrado à débito do passivo de projetos a executar e contrapartida no resultado do exercício em receita de contrato de gestão e receita incentivada, simultaneamente e pelo mesmo valor; • **Rendimento de aplicações financeiras:** quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras de recursos incentivados são reconhecidos o débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de projetos a executar no passivo circulante. **f. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **g. Tributos:** Por ser uma Entidade sem fins lucrativos, não está sujeito à incidência do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, apurado em cada exercício (Lei 9.532/1997). Todavia, contribui com o imposto de renda e a COFINS incidentes sobre os ganhos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável, mediante retenção por parte das instituições financeiras, nas quais as aplicações financeiras são realizadas. Também é contribuinte do ISS sobre os serviços prestados; do ICMS sobre as vendas de mercadorias; da COFINS sobre as receitas não pró-

rias. O Instituto está pedindo a declaração da isenção do ITCMD juntos às Secretarias da Fazenda nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Por tratar-se de um ato meramente declaratório, os assessores jurídicos do Instituto entenderam o direito da isenção sempre existiu, preponderantemente pelas atividades culturais desenvolvidas. **h. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la. A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde: (i) ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro; (ii) menos as amortizações de principal; e (iii) mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva. Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente. **i. Trabalhos voluntários:** Em atendimento ao item 19 da ITG 2002 (R1), o Instituto reconhece pelo valor justo da prestação do serviço "voluntário" como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de Receitas Não Vinculadas em contrapartida nas Despesas Não Vinculadas. **j. Gratuidades:** Em atendimento ao item 16 da ITG 2002 (R1), o Instituto reconhece as gratuidades concedidas, que são basicamente os ingressos gratuitos ao Museu e ao Teatro pelo valor efetivamente praticado. **k. Demonstração dos fluxos de caixa:** Foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes: • **Atividades operacionais:** são as principais atividades geradoras de ingressos e receitas do Instituto e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento; • **Atividades de investimentos:** são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos em atividades operacionais ou de financiamento; • **Atividades de financiamento:** são as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pelo Instituto.

7. Imobilizado: Os detalhes do ativo imobilizado do Instituto estão demonstrados nos quadros a seguir:

CUSTO	31/12/2016		31/12/2017		31/12/2018	
	Acquisições	Depreciação	Acquisições	Depreciação	Acquisições	Depreciação
MAR						
Máquinas e Equipamentos	2.173.145	58.251	2.231.396	375	2.231.771	375
Computadores e periféricos	536.915	21.424	558.339	544	558.883	544
Móveis e utensílios	1.969.094	41.627	2.010.721	2.369	2.013.090	2.369
Obras de arte e acervos	-	4.000	4.000	-	4.000	-
TMSP						
Máquinas e Equipamentos	1.546.614	1.100	1.547.714	27.314	1.575.028	27.314
Computadores e periféricos	555.778	4.513	560.291	235.611	795.902	235.611
Móveis e utensílios	2.748.322	6.650	2.754.972	332.666	3.087.638	332.666
Audio e vídeo	-	-	-	197.938	197.938	197.938
Instrumentos musicais	-	-	-	246.398	246.398	246.398
Custo Imobilizado Vinculado	4.850.714	12.263	4.862.977	1.039.927	5.902.904	1.039.927
DEPRECIACÃO ACUMULADA	9.529.868	137.565	9.667.433	1.043.215	10.710.648	1.043.215
MAR						
Máquinas e Equipamentos	(885.401)	(273.942)	(1.159.343)	(223.155)	(1.382.498)	(223.155)
Computadores e periféricos	(322.479)	(184.733)	(507.212)	(51.164)	(558.376)	(51.164)
Móveis e utensílios	(718.240)	(31.342)	(749.582)	(201.148)	(950.730)	(201.148)
TMSP	(1.926.120)	(490.017)	(2.416.137)	(475.467)	(2.891.604)	(475.467)
DEPRECIACÃO ACUMULADA IMOBILIZADO VINCULADO	(1.926.120)	(625.413)	(2.551.533)	(1.056.159)	(3.607.692)	(1.056.159)
MAR	2.753.034	(364.715)	2.388.319	(472.179)	1.916.140	(472.179)
TMSP	4.850.714	(123.133)	4.727.581	459.235	5.186.816	459.235
IMOBILIZADO VINCULADO LÍQUIDO	7.603.748	(487.848)	7.115.900	(12.944)	7.102.956	(12.944)

O ativo imobilizado reconhecido no Instituto, é integralmente vinculado ao Contrato de Gestão e Termo de Colaboração, e é empregado, exclusivamente, em suas atividades. A Administração do Instituto adota como critério para reconhecimento de obrigação de longo prazo para com o poder público, o registro de valor equivalente ao montante líquido de seu ativo imobilizado vinculado ao Contrato de Gestão e Termo de Colaboração. O saldo da rubrica é aumentado em contrapartida de lançamento na rubrica de projetos a executar, sempre que há nova aquisição, e reduzido em contrapartida da rubrica de despesa de depreciação. Os valores referentes a edificação do Museu de Arte do Rio e seu acervo, foi subtraído do imobilizado em contrapartida da respectiva obrigação no passivo não circulante "contas de compensação", pois houve o entendimento que não existe a transferência de riscos e benefícios desses ativos, uma vez que a vida útil econômica do bem é muito superior ao prazo do contrato de gestão. Os valores são: Edificações R\$ 53.500.000 e Acervo R\$ 26.300.752.

	2018	2017
8. Fornecedores e outras contas a pagar		
MAR - Fornecedores e outras contas a pagar	416.452	177.170
MAR - Seguros a pagar	-	29.156
MAR - Outras contas a pagar (recebimento Pronac indevido)	2.300.000	-
TMSP	2.716.452	206.326

10. Projetos a executar: A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pelo Instituto e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo):

Projetos a executar	Saldos em 31/12/17	Captação de Recursos		Rendimentos Financeiros	Imobilização e Depreciação	Devoluções	Transferências	Outras Movimentações	Saldos em 31/12/18
		em Recebidos e Repasses	Receitos e Outros Créditos						
MAR									
Contrato de Gestão - MAR	2.174.874	8.860.000	1.400.747	202.146	474.405	-	861.288	(375)	109.821
Projeto Plano Anual 2017	1.544.393	-	-	5.560	-	-	(1.551.914)	-	49
Projeto Plano Anual 2018	1.560.000	1.700.781	14.737	43.685	-	-	1.440.330	-	378.391
Projetos Amigos do MAR	671.196	127.829	111.860	7.158	(1.851)	-	(619.594)	-	229.318
Projeto ISS 2017-2018	446.337	-	(37.205)	9.751	-	(933)	(58.022)	-	6.493
Projeto ISS - Noes	25.387	-	-	-	-	-	-	-	1.873
Projeto ISS - Justa	62.391	-	-	299	-	-	(62.690)	-	-
Projeto ICMS Leopoldina	85.855	-	-	-	-	-	(85.855)	-	-
Projeto ICMS Escola do Olhar 2018	413.821	-	163	1.140	-	(3)	22.087	-	7.522
Projeto ISS 2018-2019	-	807.393	-	13.273	-	-	-	-	648.848
Projeto Plano Anual 2019	-	2.500.310	-	-	-	-	-	-	2.500.310
TMSP	6.984.254	13.996.313	1.490.302	283.012	472.554	(936)	(54.370)	(375)	(19.288.129)
Termo de Colaboração	5.263.493	115.000.000	7.551.590	1.886.557	(460.953)	-	-	4.533	(105.817.175)
Termo de Colaboração - desmobilização	3.928.543	1.214.888	-	-	-	-	-	-	5.143.431
Lei Rouanet Plano anual 2018	1.780.000	3.731.466	(56)	139.200	-	-	-	-	(5.036.355)
Lei Rouanet Plano anual 2019	-	750.000	-	340	-	-	-	-	750.340
Total	10.972.036	120.696.354	7.551.534	2.026.097	(460.953)	-	-	4.533	(110.853.530)
Total	17.956.290	134.692.667	9.041.836	2.309.109	11.601	(936)	(54.370)	4.158	(130.141.659)

11. Provisão para contingências: O Instituto reconhece a provisão para riscos trabalhistas e cíveis quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança. Com base na análise dos riscos identificados, a Administração da Entidade, mediante opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para demandas administrativas e judiciais para fazer face às perdas com o status de "prováveis", no montante de R\$ 554 mil. Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R\$ 250 mil para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

12. Partes relacionadas: O Instituto recebe recursos do poder público e utiliza bens públicos, mediante permissão de uso, para realizar a gestão do

	2018	2017
5. Caixa e equivalentes de caixa		
MAR - Numerário em caixa	500	-
MAR - Bancos conta movimento	167	110
MAR - Aplicações de liquidez imediata	1.186.463	356.009
TMSP - Aplicações de liquidez imediata	69.512	-
TMSP	1.255.642	356.119
MAR - Numerário em caixa	21.792	38.741
MAR - Bancos conta movimento	5.011.589	1.605.688
MAR - Aplicações de liquidez imediata	2.072.194	6.639.783
TMSP - Numerário em caixa	16.357	5.000
TMSP - Bancos conta movimento	7.422	1.796.224
TMSP - Aplicações de liquidez imediata	34.757.757	16.219.371
MAR	41.887.111	26.304.807
TMSP	8.292.705	8.640.331
Total	34.851.048	18.020.595
Total	43.143.753	26.660.926

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 95% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário. Os recursos vinculados a projetos de Contrato de Gestão e leis de incentivo referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Administração do Instituto que serão utilizados exclusivamente nos projetos relacionados.

	2018	2017
6. Contas a receber		
MAR - Duplicatas a receber	17.115	20.017
MAR - Aluguéis a receber	-	650
MAR - Bilheterias a receber	33.439	-
TMSP	50.554	20.667
TMSP - Bilheterias a receber	203.421	359.555
TMSP - Acordo Bilhetron	436.897	486.897
TMSP - Termo de Colaboração (i)	5.143.431	3.928.544
TMSP - Outros valores a receber	378	-
Total	5.784.127	4.774.996
Total	5.834.681	4.795.663

(i) Referem-se aos valores pagos de férias do período anterior a 01 de setembro de 2017, antes do início da gestão do Instituto, previsto em cláusula do Termo de Colaboração, que deverá ser ressarcido pelo município de São Paulo nº 01/FTMSP/2017.

9. Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	2018	2017
9. Obrigações trabalhistas e encargos sociais		
MAR - Salários a pagar	79.661	333.883
MAR - Provisão de férias e encargos	522.018	624.143
MAR - Adiantamento de férias	(5.760)	(41.693)
MAR - INSS, FGTS, IRRF e PIS	255.182	305.616
TMSP	851.101	1.221.949
TMSP - Salários a pagar	337.784	2.304.460
TMSP - Salários a pagar - acordo redução	-	1.521.149
TMSP - Provisão de férias e encargos	6.600.727	5.521.843
TMSP - Adiantamento de férias	(2.789.953)	(2.672.058)
TMSP - INSS, FGTS, IRRF e PIS	4.622.946	3.923.980
TMSP	8.771.504	10.599.374
Total	9.622.605	11.821.323

Museu de Arte do Rio, Theatro Municipal de São Paulo e a Praça das Artes. Dessa forma, parcela significativa dos ativos e da receita do Instituto está relacionada ao Contrato de Gestão e Termo de Colaboração. Remuneração de Administradores: Os Administradores do Instituto são remunerados por meio de salários e registrados sob o regime da CLT, que estão apresentados na Rubrica "despesas de pessoal", no resultado do exercício. Não há remuneração, direta ou indireta de conselheiros. A Administração do Instituto não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo para a Diretoria e Administração.

13. Patrimônio líquido: O patrimônio líquido da Entidade foi formado pelas doações recebidas e pelos superávits e déficits acumulados, transferidos para o patrimônio social. De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma Organização Social ou afim, sem fins econômicos e lucrativos.



continuação		2018	2017	2018	2017
14. Despesas com pessoal - vinculadas					
MAR - Salários e ordenados	(4.333.448)	(4.990.479)	MAR - seguros	(198.137)	(185.804)
MAR - Encargos sociais	(1.746.523)	(1.796.485)	MAR - locação	(449.924)	(735.678)
MAR - Benefícios	(999.751)	(950.014)	MAR - fretes e carretos	(233.792)	(386.652)
	(7.079.722)	(7.736.978)	MAR - material de uso e consumo	(109.064)	(233.563)
TMSP - Salários e ordenados	(54.562.465)	(17.506.774)	MAR - viagens (passagens, diárias, etc.)	(243.929)	(337.432)
TMSP - Encargos sociais	(19.012.239)	(5.345.827)	MAR - licença de software	(169.237)	(194.378)
TMSP - Benefícios	(5.446.998)	(1.624.366)	MAR - manutenção predial	(441.726)	-
	(79.021.702)	(24.476.967)	MAR - outras despesas	(236.799)	(955.605)
Total	(86.101.424)	(32.213.945)		(2.082.608)	(3.029.112)
15. Serviços prestados por terceiros					
MAR - contabilidade e auditoria	(153.056)	(137.759)	TMSP - seguros	(27.684)	-
MAR - jurídico	(149.030)	(206.740)	TMSP - locação	(1.467.532)	(278.085)
MAR - bombeiros	(413.080)	(471.688)	TMSP - fretes e carretos	(442.231)	(56.563)
MAR - limpeza	(554.319)	(579.167)	TMSP - material de uso e consumo	(253.150)	(189.361)
MAR - vigilância e segurança	(1.789.735)	(2.226.245)	TMSP - viagens (passagens, diárias, etc.)	(927.973)	(173.737)
MAR - técnicos e artísticos	(2.786.412)	(3.271.247)	TMSP - licança de software	(83.558)	(10.367)
MAR - manutenção	(38.082)	(455.101)	TMSP - manutenção predial	(3.764.055)	-
MAR - outros serviços	(76.907)	(494.251)	TMSP - outras despesas	(490.593)	(52.296)
	(5.960.621)	(7.842.198)		(7.456.776)	(760.409)
TMSP - contabilidade e auditoria	(563.727)	(231.899)	Total	(9.539.384)	(3.789.521)
TMSP - jurídico	(743.210)	(192.000)	18. Instrumentos financeiros e derivativos: Instrumentos financeiros:		
TMSP - bombeiros	(2.210.090)	(616.000)	Os instrumentos financeiros do Instituto incluem, principalmente, caixa, bancos, aplicações financeiras, fornecedores, salários e férias, contas a pagar e impostos a recolher. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros aproximam-se dos seus valores de mercado. A Administração e a gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração do Instituto. Instrumentos financeiros derivativos: Durante os exercícios findos em 31/12/2018 e de 2017, a Administração do Instituto não executou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos.		
TMSP - limpeza	(2.362.685)	(867.240)	19. Renúncia fiscal: Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002R1 - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31/12/2018 e 2017: • Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); • Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); • Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias; • Imposto de Transmissão de Causas Mortis e Doações (ITCMD).		
TMSP - vigilância e segurança	(1.909.700)	(942.417)	20. Seguros (não auditado): O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados		
TMSP - técnicos e artísticos	(7.662.248)	(1.177.731)			
TMSP - indicadores	(452.481)	(271.600)			
TMSP - manutenção	(1.161.639)	(1.325.011)			
TMSP - outros serviços	(117.414)	(160.237)			
	(17.183.194)	(5.784.135)			
Total	(23.143.815)	(13.626.333)			
16. Energia elétrica, água e telecomunicação					
MAR - energia elétrica	(2.254.917)	(2.160.759)			
MAR - água e gás	(260.478)	(316.132)			
MAR - telecomunicação	(52.432)	(66.685)			
	(2.567.827)	(2.543.576)			
TMSP - energia elétrica	(1.377.437)	(443.080)			
TMSP - água e gás	(444.841)	(105.518)			
TMSP - telecomunicação	(115.289)	(33.089)			
	(1.937.567)	(581.687)			
Total	(4.505.394)	(3.125.263)			

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Conselheiros do Instituto Odeon - São Paulo - SP. **Opinião com ressalva (limitação de escopo):** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Odeon ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Odeon em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva (limitação de escopo): Ativo Imobilizado cedido por meio do Contrato de Gestão:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.2 às demonstrações contábeis, o Instituto Odeon foi contratado em setembro de 2017, pela Fundação Theatro Municipal de São Paulo ("FTMSP"), para gerenciar o equipamento público "Theatro Municipal" e os seus respectivos complexos. Na mesma época a Entidade contabilizou, no ativo imobilizado, em contrapartida ao passivo não circulante, o montante de determinados ativos cedidos pela FTMSP, que anteriormente eram administrados por outra organização social. Em 31/12/2018, esses ativos e passivos representam R\$ 5.211 mil. Todavia, a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, não realizou o inventário físico em conjunto com a FTMSP, a mesma tinha um prazo de 180 dias para realização de tal procedimento, conforme descrito no "Termo de Colaboração", bem como, a administração do "Instituto" não pode realizar a contratação de uma empresa especializada para fazer a averiguação física e valoração e avaliação do valor justo e vida útil desses bens. Consequentemente, não foi possível satisfazer-mos quanto a existência dos itens mencionados na relação de "Avaliação dos Bens Móveis" disponibilizado em conjunto com o "Contrato de Gestão", bem como, aos montantes registrados na rubrica de imobilizado no ativo e passivo não circulante no montante de R\$ 5.211 mil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase: Termo de Colaboração 01/FTMSP/2017:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.2 às de-

monstrações contábeis, a Fundação Theatro Municipal de São Paulo ou ("FTMSP"), por meio do ofício nº 436/2018-FTM-G notificou o Instituto Odeon, indicando supostas irregularidades, passíveis de sanções descritas no Termo de Colaboração nº 01/FTMSP/2017 ou "Termo de Colaboração" e com essa justificativa, o FTMSP decidiu de forma unilateral, rescindir o Termo de Colaboração, comunicando o Instituto Odeon o prazo de 09 de fevereiro de 2019, para encerramento e transferência das atividades operacionais. Ademais, no dia 15 de novembro de 2018, o FTMSP, abriu um edital de chamamento público nº 01/FTMSP/2018, para proponentes interessados em formalizar nova parceria, objetivando o compartilhamento dos equipamentos do Theatro Municipal de São Paulo e os seus respectivos complexos. Todavia, conforme descrito na Nota Explicativa nº 21, a nova Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, suspendeu temporariamente a denúncia feita contra o Instituto Odeon, para revisão de todo o processo. Dessa forma, a manutenção ou rescisão do Termo de Colaboração do Theatro Municipal de São Paulo, dependerá de novas análises da Secretária Municipal de São Paulo. As demonstrações contábeis em 31/12/2018 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades do Theatro Municipal de São Paulo e não incluem nenhuma reclassificação relativo a descontinuidade operacional desse Termo de Colaboração. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2017, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por nós, com relatório datado em 16 de fevereiro de 2018, o qual contém a mesma ressalva sobre ativo imobilizado cedido por meio do Contrato de Gestão. **Responsabilidades da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades sem finalidades de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de

acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de janeiro de 2019
BDO RCS Auditores Independentes SS - CRC 2 SP 013846/O-1
Thiago Marques - CRC 1 SP 254881/O-8

DIRETORIA
Carlos Gradim - Diretor Presidente
Jimmy Keller - Diretor de Operações e Finanças
Ana Carolina Lara - Diretora de Projetos e Conformidade
Tatyana Rubim - Diretora Executiva Theatro Municipal de São Paulo
Eleonora Santa Rosa - Diretora Executiva do Museu de Arte do Rio de Janeiro
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Éder Sá Alves Campos - Presidente
Edmundo de Novaes Gomes - Conselho de Administração
Mônica Moreira Esteves Bernardi - Conselho Fiscal
Emília Andrade Paiva - Conselho de Administração
Flavio Alcoforado - Conselho de Administração
Bruno Ramos Pereira - Conselho de Administração
Iran Almeida Pordeus - Conselho de Administração
Raul Borelli - Conselho de Administração
Renato Beschizza - Conselho de Administração
CONTADOR
Rogério Gerlah Paganatto - CRC 1 SP131987/O-3

Ouvidoria

Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade e transparência, disponibiliza um canal direto de comunicação com a sociedade.

www.imprensaoficial.com.br

ouvidoria@imprensaoficial.com.br

Rua da Mooca, 1921

Cep: 03103 - 902 São Paulo

www.imprensaoficial.com.br/ouvidoria.aspx

(11) 2799 9687

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO